

ANO 2014 .....

PROCESSO Nº .....



## Câmara Municipal de Bebedouro

### SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 163/2014 .....

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de .....

R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), que especifica. ....

Apresentado em sessão do dia 06/10/2014 .....

Autoria Poder Executivo .....

Encaminhamento às Comissões de .....

Prazo final .....

Aprovado em 06/10/2014 .....

Rejeitado em ..... / ..... / .....

Autógrafo de Lei nº 4859/2014 .....

Lei nº 4907 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014 .....

**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

*Unindo esforços, somando competências*Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo**LEI Nº 4907 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.****Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), que especifica.****O Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), para suplementação de verba do orçamento vigente.**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

<b>03</b>	<b>Recursos Humanos e Administração</b>	
03.03.00	Departamento de Recursos humanos	
3.3.90.00.00.04.122.7006-2230 - 01 -11000	Aplicações Diretas	96.000,00
<b>05</b>	<b>Educação</b>	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00.12.122.2001-2388 - 01 -22000	Aplicações Diretas	144.000,00
<b>06</b>	<b>Saúde</b>	
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00.10.301.1009-2039 - 01-31000	Aplicações Diretas	288.000,00
	<b>Total .....</b>	<b>R\$ 528.000,00</b>

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessárias.**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 07 de outubro de 2014.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 07 de outubro de 2014.

**Ivanira A de Souza**  
**Assessor Técnico***"Deus Seja Louvado"*

014



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/440/2014 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 07 de outubro de 2014.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na sessão ordinária realizada ontem, dia 06/10, foram aprovados os Projetos de Lei n. 98 (mensagem), 156 (mensagem), **com emenda**, e 163/2014, todos três de autoria do Poder Executivo, bem como o Projeto de Lei n. 155/2014, de autoria dos vereadores Juliano Cesar Rodrigues e Sebastiana Maria Ribeiro Tavares de Camargo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafo de Lei n. 4856, 4857, 4858 e 4859/2014.

Atenciosamente,

  
**Angelo Rafael Latorre Daolio**  
**PRESIDENTE**

09/10/14  
Anderson

Excelentíssimo Senhor  
Fernando Galvão Moura  
PREFEITO MUNICIPAL  
BEBEDOURO - SP



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## AUTÓGRAFO DE LEI N. 4859/2014

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), que especifica.**

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), para suplementação de verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

<b>03</b>	<b>Recursos Humanos e Administração</b>	
03.03.00	Departamento de Recursos humanos	
3.3.90.00.00.04.122.7006-2230 - 01 -11000	Aplicações Diretas	96.000,00
<b>05</b>	<b>Educação</b>	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00.12.122.2001-2388 - 01 -22000	Aplicações Diretas	144.000,00
<b>06</b>	<b>Saúde</b>	
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00.10.301.1009-2039 - 01-31000	Aplicações Diretas	288.000,00
	<b>Total .....</b>	<b>R\$ 528.000,00</b>

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessárias.

“Deus Seja Louvado”

012



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 07 de outubro de 2014.



**Angelo Rafael Latorre Daolio**  
**PRESIDENTE**



**Luiz Carlos de Freitas**  
**1º SECRETÁRIO**



**José Roberto De Rosis Mazzeu**  
**2º SECRETÁRIO**





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n. 163/2014, de autoria do Poder Executivo.

**Ementa:** Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) que especifica.

O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

*\* (REGULARIDADE) //*

Sala das Comissões, 06 de outubro de 2014.

  
Iago Bosco Elias de Souza  
RELATOR

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

  
Nasser José Delgado Abdallah  
PRESIDENTE

  
Luiz Carlos de Freitas  
MEMBRO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 163/2014,  
de autoria do Poder Executivo.

**Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) que especifica.**

O Relator da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

*legalidade e constitucionalidade de*

Sala das Comissões, 06 de outubro de 2014.

**Sebastiana Maria Ribeiro Tavares de Camargo**  
**RELATORA**

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

**Fernando José Piffer**  
**PRESIDENTE**

**José Baptista de Carvalho Neto**  
**MEMBRO**

*"Deus Seja Louvado"*

RUA LUCAS EVANGELISTA, 652 – CEP 14700-425 – TELEFONE: (17) 3345-9200

008





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 163/2014:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) que especifica.

## PARECER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

1 – Diante das atribuições pertinentes ao Assistente Jurídico – Legislativo (Resolução 74/2003) passo a emitir meu parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** no valor de R\$528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais) que especifica.

Assim, antes de qualquer coisa, entendo fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

### EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

#### DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

2 – Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

#### DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

3 – O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

**ART. 58 – Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:**

“Deus seja louvado”

007



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - **matéria orçamentária** e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

## DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

4 – Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo de que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

*Art. 167. São vedados:*

*V - a **abertura de crédito** suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

*Art. 43. A **abertura dos créditos** suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

*“Deus seja louvado”*

006



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias da despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de **créditos especiais** que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não vejo qualquer vício de competência ou legalidade que macule a incitativa contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 4.751/13, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 20% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$211.920.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não vejo óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É meu parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 03 de outubro de 2014.

Antonio Alberto Camargo Salvatti  
Assistente Jurídico Legislativo  
OAB/SP 112.825.

“Deus seja louvado”



Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 01 de outubro de 2014.  
OEP/599/2014/is

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), que especifica.

O crédito em questão refere-se à aquisição de 220.000 vales transporte, destinados ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, pelos servidores públicos municipais do Poder Executivo, de acordo com a Lei Municipal nº 3543 de 27 de dezembro de 2005, direto da única empresa permissionária de serviços públicos de transporte coletivo urbano neste município, para os Departamentos de Saúde e Educação e para Prefeitura, por um período de 03 (Três) meses

Cordialmente.



Fernando Galvão Moura  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Angelo Rafael Latorre Daolio  
Presidente da Câmara Municipal  
Bebedouro-SP.

“Deus Seja Louvado”



**PROJETO DE LEI Nº 163 /2014.**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), que especifica.**

**O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,**

**Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor a Abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação.

<b>03</b>	<b>Recursos Humanos e Administração</b>	
03.03.00	Departamento de Recursos humanos	
3.3.90.00.00.04.122.7006-2230 – 01-11000	Aplicações Diretas	96.000,00
<b>05</b>	<b>Educação</b>	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00.12.122.2001-2388 – 01-22000	Aplicações Diretas	144.000,00
<b>06</b>	<b>Saúde</b>	
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00.10.301.1009-2039 - 01-31000	Aplicações Diretas	288.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 528.000,00</b>

**Art. 3º** - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessárias.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 01 de outubro de 2014.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

**“Deus Seja Louvado”**

APROVADO P/ UNANIMIDADE

EM 06 / 10 / 14

Angelo Rafael Latorre Daolio  
PRESIDENTE



**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016



*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361

CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta

BEBEDOURO - Estado de São Paulo

Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

## **PROJETO DE LEI PARA CRÉDITO SUPLEMENTAR:**

**Artigo 1º** - Abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 528.000,00 (Quinhentos e vinte e oito mil reais).

<b>03</b>	<b>Recursos Humanos e Administração</b>	
03.03.00	Departamento de Recursos humanos	
3.3.90.00.00.04.122.7006-2230 – 01-11000	Aplicações Diretas	96.000,00
<b>05</b>	<b>Educação</b>	
05.01.00	Administração Escolar	
3.3.90.00.00.12.122.2001-2388 – 01-22000	Aplicações Diretas	144.000,00
<b>06</b>	<b>Saúde</b>	
06.04.00	Gestão	
3.3.90.00.00.10.301.1009-2039 - 01-31000	Aplicações Diretas	288.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>528.000,00</b>

**Artigo 2º.** O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4320/64.

**(Aquisição de vales transporte para uso dos funcionários municipais da educação, saúde e demais depts. do município, no período de 03 (Três meses).**

Despesas :

083 – 96.000,00  
172 – 144.000,00  
424 – 288.000,00  
528.000,00



## Prefeitura Municipal de Bebedouro

Estado de São Paulo  
Divisão de Despesas - Setor de Licitação  
Praça José Stamato Sobrinho, nº 45 - Centro - Bebedouro/SP. - Cep. 14.701-900  
Fone/Fax: (17) 3345 9116  
E-mail: licitação@bebedouro.sp.gov.br  
Site: www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, terça-feira, 30 de setembro de 2014.

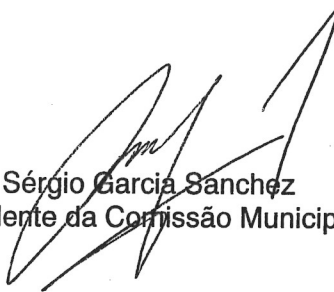
Prezado Senhor,

Venho através deste, solicitar de V.Sa. a suplementação de verba abaixo relacionada para:

AQUISIÇÃO DE 220.000 VALES TRANSPORTE, DESTINADOS AO CUSTEIO PARCIAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL, PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER EXECUTIVO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3543, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005, DIRETO DA ÚNICA EMPRESA PERMISSONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO NESTE MUNICÍPIO, PARA A DEPARTAMENTO DE SAÚDE, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E PREFEITURA, POR UM PERIODO DE 03 (TREIS) MESES, ATRAVES DA FONTE DE RECURSOS: 01 - TESOIRO - SAUDE - GERAL, 01 - TESOIRO - ENSINO FUNDAMENTAL, 01 - TESOIRO - GERAL, CONFORME REQUISIÇÕES NºS. 34463 - 34464 e 34466/2014.

DESPESA	VALOR
83	96.000,00
172	144.000,00
424	288.000,00

Sem mais para o momento,  
Atenciosamente.

  
Paulo Sérgio Garcia Sanchez  
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

  
Arnivaldo Brasil M. de Camargo  
Diretor de Gabinete

Ilmo. Senhor  
Josué Marcondes de Souza  
Diretor de Finanças